

Educação Global e museologia social: Experiências do sul global sobre desenvolvimento sustentável

Pedro Pereira Leite¹

Intervenção base no XVII Encontro do Movimento Internacional para uma nova Museologia, realizada na Nazaré, Rondônia (Brasil) entre 3 e 8 de agosto de 2016

A questão dos direitos humanos, do desenvolvimento e da globalização na perspectiva da museologia social e dos ecomuseus poderá ser olhado do ponto de vista da educação global como processo de educação patrimonial popular.

Vale a pena olhar para três conceitos básicos nesta questão: - Educação, Cidadania e Desenvolvimento, e procurar entender a forma como o seu significado se foi consolidando na linguagem. A linguagem é o que sustenta a forma como olhamos para o mundo, como construímos as nossas práticas. Eles transportam intenções, certezas e ambiguidades.

Haverá hoje poucas dúvidas que estes três conceitos: Educação, cidadania e desenvolvimento, são hoje campos semânticos de complexidade. São por um lado construções históricas e apresentam significados diferentes em função do seu lugar de enunciação. Por outro lado, eles são também conceitos que ancoram a formulação de políticas públicas, afetam recursos públicos e mobilizam a ação social. Em suma são conceitos que legitimam as políticas públicas no campo da ajuda ao desenvolvimento e na educação para a cidadania nos sistemas de ensino. São essas políticas que definem o que se entende como Desenvolvimento e Cidadania.

I Educação – Cidadania - Desenvolvimento

Ensaaiemos, em breves palavras, a genealogia destes conceitos para entender as formas como se foram reconfigurando.

Educação

O conceito de Educação remete-nos para a emergência das políticas educativas em extensão que caracterizam o pós-guerra, na Europa e através das políticas da UNESCO em grande parte do mundo. É certo que a ideia da universalização da Paideia, como processo de produção de condições para a emancipação social já vinha do final do século

¹ Pedro Pereira Leite. Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Membro do MINO e Professor de Museologia na ULHT

XIX, nas ideias socialistas e republicanas para o Estado. Mas é fundamentalmente no pós-guerra que se vão formar os sistemas de educação formal, com base na constituição de espaços educativos, na formação do pessoal docente, na constituição e uniformização de propostas curriculares e na afetação de recursos públicos.

A Educação é então vista como uma Política Pública, caracterizada em algumas constituições, como o caso da Portuguesa, como um direito social. Deixa de ser um privilégio de alguns, para ser uma responsabilidade pública, de caráter universal. A educação, acredita-se é um poderoso instrumento de construção de inclusão social, fornecendo as ferramentas básicas para a circulação dos indivíduos na sociedade.

As políticas públicas na educação constituem igualmente um espaço de prática para a cidadania, de constituição da ideia de pertença e identidade social, fundamentos da constituição dos estados nacionais.

E aqui temos um primeiro paradoxo: ao mesmo tempo que a Educação é olhada como um instrumento de emancipação social, ela também é um instrumento de reprodução social, reproduzindo os modelos sociais hegemónicos na economia, na sociedade e na família.

Nesse sentido, a Educação relaciona-se com a questão dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo que é um instrumento para moldar a sociedade, ela é também vista como um instrumento para incluir.

A evolução das políticas educativas, sobretudo á medida em que os sistemas se completaram e universalizaram, deram origem a novos problemas sobre a eficiência dos processos, a necessidade de criar compreensividade em relação à transformação da sociedade. Um dos elementos da transformação da sociedade vai sentir-se através dos processos de globalização que induzem grande pressão para a transformação dos sistemas de ensino.

Alguns sinais dessas tendências: Os processos de liberalização e privatização dos mercados fizeram emergir a ideia de educação como mercadoria. Como algo que se constitui como um serviço, que pode ser adquirido livremente. A economia liberal, ao defender a necessidade de assegurar a competição no mercado, passa o ónus da manutenção dos sistemas educativos para a esfera das empresas, pressionando a redução dos investimentos e tutelas públicas nos equipamentos escolares, na gestão escolar: Tendências que levaram a uma diminuição os investimentos públicos em educação, com o

argumento de que a diminuição da capacidade de financiamento público obriga a diminuir os recursos (humanos, materiais e financeiros), apontado como alternativa a solução do investimento privado e do princípio do utilizador/pagador. A política de contenção de custos (ou austeridade) é uma solução política que introduz severas limitações ao princípio da universalidade da educação como instrumento de inclusão e igualdade.

Para além da questão do neoliberalismo, os tempos presentes acrescentam fortes pressões que estão a alterar a natureza do sistema educativo. A insegurança coletiva na Europa e as questões com os refugiados estão a fazer aumentar a perceção do risco de insegurança e de exposição à criminalidade. Os problemas na Europa estão igualmente a propiciar a emergência dos nacionalismos e a resposta do isolamento como alternativa societal. Uma resposta que acontece num mundo crescentemente urbano e que requiere competências multiculturais.

São desafios que estão a chegar á Educação e aos Museus e que implicam o reconhecimento da diversidade (da línguas, de religião, da cultura). Estão elas próprias a produzir novas narrativas sobre o mundo. Como vários investigadores tem vindo a fazer notar, as narrativas sobre os refugiados na Europa tem vindo a ser subtilmente transformado em discursos sobre as migrações. As ações políticas na Europa, ao invés de enfrentarem o problema nas suas causas, estão a transformá-los numa questão externa, encerrando as fronteiras, e negando o direito do refugiado.

No interior da Europa estão a gera-se novas formas de exclusão e desigualdade com que a educação, a escola e o museu têm que lidar. Ou seja o desafio da qualidade e do acesso estão agora a transformar-se no âmbito duma nova geografia da desigualdade.

Finalmente um outro desafio para a educação é o desafio do envolvimento dos atores: a participação. A educação como direito social implica o dever de implicar todos os atores sociais. A responsabilidade pública na Educação é um processo que implica a participação da comunidade, ainda que em diferentes intensidades, em função das regiões e das tradições administrativas. A questão do envolvimento dos atores leva mais uma vez á questão da capacidade da escola de desenvolver competências para enfrentar a exclusão social. Será a educação nas nossas escolas suficiente para enfrentar a

desigualdade social. Serão as nossas escolas capazes de enfrentar o global e atuar localmente

Cidadania

Em relação ao conceito de cidadania. É um conceito que radica na Revolução Francesa, no final do século XVIII, onde o fim dos privilégios dos senhores corresponde uma carta de direitos e deveres de todos os cidadãos. A cidadania é um ato de produção de liberdade e igualdade, mas é também uma ferramenta que pode ser usada para a emancipação social. No entanto, a cidadania, nas nossas sociedades europeias, está a tornar-se também num instrumento de exclusão social e de produção de desigualdades. A definição de que é e quem pode ser cidadão, interdita o acesso a essa ferramenta a todos os que não o são, e que hoje, por diferentes razões, seja de migração ou de refúgios, tornam-se milhões em todo o mundo.

A cidadania é hoje o principal elemento de funcionamento do Estado nacional. É a cidadania que defini que são os outros e quem são os cidadãos. A cidadania, ao produzir relações de horizontalidade (igualdade) nega o outro, o excluído, colocando um forte entrave à solidariedade. A cidadania torna-se num instrumento de produção de hegemonia na sociedade.

A questão que se coloca para a cidadania no processo de globalização é a adequabilidade dos mecanismos da nação para enfrentar os desafios das interdependências. As velhas instituições do Estado Nacional estão em contradição com os processos de globalização, gerando diversas condições o cidadão emerge pelo lugar de nascimento, enfrentado o estrangeiro processos de exclusão social.

Terá a Cidadania a perder o potencial integrador, de produção de igualdade e de inclusão que tinha? Poderá a ideia de Cidadão Universal emergir da Ideia de cidadão nacional? Não são os Direitos Humanos Universais? Mas não são aplicados numa base nacional? No caso dos Refugiados, por exemplo, será que por não serem nacionais, estão excluídos os seus direitos Humanos.

Em suma cidadão é também hoje um conceito complexo que inclui e exclui. Poderemos usar ainda o potencial da cidadania par anão excluir? Como fazer para incluir a diversidade. Como vamos ultrapassar a língua ao nacional. Não será necessário criar uma utopia duma cidadania universal.

Desenvolvimento

Finalmente o terceiro conceito: O Desenvolvimento. A história do desenvolvimento está também ligada ao século das luzes. A crença no progresso linear da técnica o acumular infinito da riqueza, através da sua multiplicação de valor. A naturalização da ideia de desenvolvimento está relacionada com a crença do domínio do ser humano sobre a natureza. Um processo que está hoje longe de ser consensual, mas que ainda constitui, em muitos lugares, uma referência do pensamento económico.

A necessidade é um processo linear e está inscrito na natureza humana. Uma forma de pensar que contamina a narrativa sobre o mundo e que influencia a ideia de educação. Educação constitui-se como uma ferramenta desse processo linear, visto como uma forma de formatar a necessidade natural. Algo que necessita de ser feito para que a utopia de concretize.

Nesse sentido a crítica ao conceito de desenvolvimento tem vindo a chamar a atenção para esta componente de "fetiche" como algo que necessita de ser feito para atingir um determinado resultado, algo que já foi feito por alguns países e através do qual todos deverão passar para atingir um fim.

O conceito ganha relevância através do discurso do Presidente americano Truman, quando em 1949 cristaliza no seu discurso a ideia do Desenvolvimento como algo bom a ser atingido. Um discurso que cria a figura do Desenvolvimento, como fim e do subdesenvolvimento como um estágio que deverá ser ultrapassado. O subdesenvolvimento como um lugar primitivo, que deve ser substituído por uma entrada na civilização ou modernidade. Num certo sentido dá uma nova dimensão ao discurso colonial, de clivagem entre selvagens e civilizados. É todavia um discurso que irá permitir, em conjunto com as deliberações tomadas ao abrigo da Carta das Nações Unidas a ideia de que o colonialismo e o subdesenvolvimento podem ser ultrapassados pelo Desenvolvimento. Desse modo desenvolvimento torna-se o instrumento técnico aplicado á economia. Torna-se num fim e num meio. O fim é alcançado pela ideia do projeto.

O Desenvolvimento transforma-se num projeto global. Ainda que o capitalismo se centre sobretudo nas questões do crescimento económico; as economias socialistas, envolvidas no processo de criação dum novo projeto social, conferem ao desenvolvimento uma

dimensão multifacetada, num discurso que ganhará adeptos na análise das questões da dependência económica, na clivagem entre o centro e a periferia.

Aplicado aos novos países africanos, os projetos do desenvolvimento irão propiciar o surgimento das políticas públicas de Ajuda ao Desenvolvimento, a emergência das relações entre doadores de fundo para o desenvolvimento, que como ajudas externas, vão completar, de forma sempre vista como provisória, as ajudas externas aos países mais atrasados, para que, através da ajuda estes atinjam os fins previstos no tal “desenvolvimento”.

Na maioria dos casos nunca chega a concretizar-se, mesmo em situações em que a alavancagem das economias pela venda de matérias-primas permite criar imensas mais-valias, perdendo-se as vantagens financeiras em elites locais e comércio menos adequado.

Independentemente dos resultados, a palavra “Desenvolvimento” inscreve-se no discurso como ideia agregadora. Uma ideia forte e mobilizadora. Em certo sentido, a medida do desenvolvimento ainda continua a ser usada como forma de diferenciação entre os países. A força de atração desta palavra é tão ampla, que hoje a incluímos em praticamente tudo o que tenha a ver com a questão da virtuosidade do futuro. Tudo pode ser incluído na narrativa do desenvolvimento, sendo que apesar de tudo a sua definição continua a ser pouco precisa.

Olhando para a historicidade do conceito, podemos verificar que, por exemplo, nos anos setenta, a ideia de desenvolvimento estava associada à distribuição de recursos. Estava-se convicto que, por exemplo, o combate à pobreza e à fome podiam ser feitos através da distribuição de alimentos, a pela implementação de políticas sociais, como a educação e o incentivo à produção, que a prazo, garantiriam o desenvolvimento dessa sociedade. No entanto, a avaliação dos resultados dessas políticas permitiu entender que a distribuição de recursos por si só não estava a produzir os resultados desejados, como também estava a produzir sistemas que ineficientes, que cada vez absorviam mais recursos e com uma tendência para piorar os resultados.

Nos anos oitenta, a ideia de Ajustamento Estrutural, vem colocar na agenda do desenvolvimento a necessidade de que a ajuda tem que produzir crescimento económico. Apenas a troca e o mercado

poderiam produzir riqueza, que posteriormente podia ser distribuída pela sociedade. Era pois necessário desregular e diminuir a ação do estado na sociedade. Nos países africanos, o resultado da mercantilização da economia deu origem um Estado de negócios, com os governantes a envolverem-se com a iniciativa privada, canalizando recursos para proveito dos seus grupos de influência e gerindo as ajudas externas.

A crítica aos ajustamentos estruturais, pela violência social que produziu em muitos países, deu origem a diversas narrativas sobre o desenvolvimento alternativos. Uma narrativa sobre os direitos humanos, a do Desenvolvimento Sustentável e a do Desenvolvimento Humano.

Embora o Desenvolvimento Sustentado tenha acabado por predominar no discurso internacional com os novos ODS da Agenda 2030, o Desenvolvimento, ainda que visto no âmbito dos seus limites ambientais e sociais, continua a ser visto como algo que pode ser construído. Continua a ser uma narrativa dinâmica que justifica as ações do presente em função dos resultados do futuro. Por isso continua a ser uma análise multifacetada, fragmentada, e quase sempre parcial. Apesar todas as tentativas de reconceptualizar a ideia de Desenvolvimento, de tentar agregar a ideia de compromisso comum da humanidade para um destino comum, não deixa de ser uma ideia messiânica de realidade.

1ª Síntese

Em suma as três ideias, Educação, cidadania e desenvolvimento encontram-se interligadas nos discursos da atualidade. Elas surgem em todos os grandes problemas da globalização, do turismo às migrações, do ambiente à pobreza, da economia à sociedade, como narrativas que regulam a reciprocidade, a justiça e a solidariedade.

As três ideias são também relevantes para produzir o reconhecimento da necessidade de parcerias, para conceptualizar os processos de transformação social e para mobilizar os atores e suas vontades. A sua interdependência e o seu reconhecimento permitem introduzir a necessidade de inclusão social e trabalhar com os marginalizados da globalização. Nesse sentido são instrumentos de reconhecimento da dignidade humana e dos direitos culturais. Precisamos de usar os instrumentos que temos para continuar a reconhecer e a criar

narrativas, ajustando o que necessita ser ajustado. A educação global tem vindo a constituir esse instrumento.

A ideia de Educação global

É nesse sentido que nos últimos anos tem crescido a ideia da Educação Global como alternativa à Educação para o Desenvolvimento, um processo que se desenvolvia nas sociedades europeias e que tinha como objetivo dar a conhecer o estado de desigualdade do mundo, ao mesmo tempo que procurava acrescentar ação de solidariedade e apoio a esse desenvolvimento.

A consciência de que o Desenvolvimento não é apenas a ajuda aos países do sul, mas algo que implica todos, e que esse desenvolvimento não pode ser atingido e mantido num local sem que os outros também o possam atingir, levou a uma alteração da referencia de Educação para o Desenvolvimento para Educação Global. A educação global propõe-se assumir uma alternativa na abordagem metodológica na educação propondo uma aprendizagem é baseada na cooperação. Uma pratica que tem vindo a ser feita nas experiencia de educação popular.

Na aprendizagem cooperativa há uma interdependência positiva entre os esforços dos participantes para aprender. Eles empenham-se no apoio mútuo para que todos os elementos do grupo beneficiem com os esforços uns dos outros. Há uma interdependência positiva entre os participantes que se empenham em trabalhar juntos.

Estas metodologias permitem aprender através da interação, melhorar as competências de comunicação e fortalecer a autoestima e caracterizam-se por serem aprendizagens baseadas na resolução de problemas e em Diálogos entre os participantes

As metodologias baseadas na resolução de problemas encorajam as pessoas a fazerem perguntas e a darem respostas, recorrendo à sua curiosidade natural sobre eventos ou temas específicos. Os participantes são convidados a refletir sobre questões que não têm respostas absolutas nem desenvolvimentos simples e que refletem a complexidade de situações do mundo real. A aprendizagem baseada na resolução de problemas abre caminho a uma abordagem ativa do processo de aprendizagem.

Por seu lado as aprendizagens baseadas em diálogos permitem criar interações orais entre os participantes e procura estimular a troca de

ideias. Funciona como uma ponte entre as pessoas e cria um espaço propício para o desenvolvimento de ideias, reflexões e propostas, mesmo que sejam opostas ou diferentes. O diálogo ajuda a desenvolver competências de comunicação e audição, logo, promove a compreensão de diferentes questões e pontos de vista. É um dos métodos mais importantes da educação global.

São aspetos relevantes da metodologia da educação global:

- Escolher o ambiente de aprendizagem apropriado: Um ambiente centrado no indivíduo baseia-se nos princípios da aprendizagem democrática, participativa, cooperativa e experiencial.
- Desenvolver o pensamento crítico: O pensamento crítico desenvolve-se nas diferentes fases e níveis de aprendizagem. Em primeiro lugar os indivíduos precisam de reconhecer a realidade de forma a terem consciência da sociedade global e desenvolverem valores referentes ao direito de todos a uma vida digna.
- Fazer a ponte do global para a realidade de cada um e para o seu dia-a-dia é essencial para a compreensão dos fenómenos e acontecimentos internacionais.
- Estimular a curiosidade Estimular a curiosidade é um pressuposto muito importante para o desenvolvimento do pensamento crítico. Isto pode ser feito principalmente através de pesquisa mais orientada para as questões certas do que para as respostas corretas, as quais podem não existir num mundo incerto de questões complexas.
- Estimular a criatividade Estimular a criatividade é também um pressuposto muito importante para o desenvolvimento de perspetivas e possibilidades para estabelecer relações de paz e sustentabilidade do mundo.

Abordamos até aqui as questões sobre a Educação Global. Há várias vozes que se tem vindo a levantar defendendo a necessidade de descolonizar, despatricializar e descapitalizar a educação². Vozes que defendem que é necessário que a escola ajude a pensarem de forma diferente. Uma escola de não seja um instituição de reprodução dum conhecimento inútil, mas uma escola que se preocupe com os problemas relevantes do tempo em que vivemos.

² Veja-se por exemplo os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho (2004). A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez Editora.

Uma educação voltada para o futuro, marcada pelos valores da justiça, pela criação de capacidade de ação e pelo trabalho com as emoções, que concretize a justiça cognitiva. São propostas de uma educação voltada para a emancipação social, onde os seus objetivos são:

- A identificação dos problemas,
- A procura de soluções
- O treino da implementação de soluções,
- O treino de enfrentar complexidades,
- E, uma proposta de pensar e trabalhar com utopias

Ora como temos vindo a trabalhar, há uma coincidência entre os princípios desta educação voltada para a justiça cognitiva e os princípios da educação popular, já em prática em muitos países da América do Sul. É nesta relação que vamos defender que há uma possibilidade de se constituir uma educação patrimonial popular como característica da intervenção da museologia social. Vejamos alguns princípios desta educação patrimonial.

Educação Popular Patrimonial

O Mundo está a mudar. É necessário pensar numa educação que se ajusta à mudança e num património sobre o qual se possa construir a mudança e a inovação. Não serão desafios fáceis. É necessário por um lado colocar a questão: que educação é necessária para o tipo de mudança que necessitamos? Isso implica pensar a relação entre os processos educativos e os desafios do contexto histórico. Pensar se a educação é um processo que nos serve para nos adaptarmos à mudança ou para agir sobre essa mudança?

Os processos educativos não são lineares. Ele são essencialmente instrumentos do poder social que determinam o que a cada momento deve ser o saber e conhecimento a mobilizar. Em sociedades estáveis, os processos educativos tendem a privilegiar a reprodução de saberes. Em sociedades em transição, pede-se que os processos educativos promovam a inovação a capacidade de descoberta de novos saberes.

O campo da educação patrimonial, considerado a partir da tensão entre a tradição e a modernidade são espaço onde é possível verificar

esta dualidade. Por um lado, a educação como esforço de reproduzir a tradicionalidade, propondo ações de revivalismo nas comunidades arcaicas. Por outro lado, muito menos explorado, a educação para o património como projeto de construção dos futuros possíveis. Seja na proposta de colocar o património ao serviço do desenvolvimento ou do património como catalisador da economia criativa.

Não é fácil responder a estas questões. São tensões contraditórias e que se cristalizam em torno do modelo social que se quer seguir. Para quem defende um modelo com base na competição da economia de mercado, defende uma educação para a competitividade e eficiência no mercado de trabalho. Quem defende um modelo societal voltado para a emancipação social na busca duma justiça cognitiva, defenderá uma educação para a democratização ou cidadania global.

Para qualquer dos modelos a educação está na base de qualquer mudança e provavelmente a mudança acabará por ocorrer entre ambos. A educação popular patrimonial será, provavelmente um espaço de observação privilegiado para estas mudanças.

Poderá ser um espaço de observação porque é necessário ter em atenção que não será a educação libertadora a produzir sozinha a mudança social. A educação não será um campo de ação revolucionária. Mas como em todas as utopias, não é possível pensar numa mudança social sem uma educação libertadora. Como sabemos os patrimónios constituem-se como narrativas sobre objetos sociais relevantes. Uma das dimensões que a relação patrimonial permite estabelecer é a emergência da multidimensionalidade do ser. As relações humanas são essencialmente relações de afetos que agregam ou repulsam. As relações com os objetos patrimoniais são relações de afeto que estão sustentadas em valores simbólicos, da ordem e de legitimação. São nesse sentido possibilidade de ação que apelam à reconstrução de narrativas.

A reconstrução de narrativas sobre o património, a partir da educação popular implica, quanto a nós problematizar o espaço e o tempo duma determinada comunidade. É necessário pensar nos processos do passado para entender de que forma são possíveis a imaginação de novas ações.

Processos inovadores que procuram imaginar o futuro implicam desenvolver ações éticas, políticas, culturais, pedagógicas (centrada nas aprendizagens), e estéticas (recantar, repensar, rir). Ações de

educação patrimonial onde os sujeitos são protagonistas das transformações.

Na educação patrimonial popular não há uma preocupação pela transmissão de conteúdos previamente determinados, mas uma preocupação de criar condições para pensar de forma crítica e pensar criativamente sobre novos conteúdos. Esse desafio implica uma nova postura do museólogo educado. Uma experiência em gerar aprendizagens a partir das histórias das comunidades, dos seus objetos, dos seus saberes, técnicas e formas de expressão. De todas as formas de expressão. Um papel de criar paixões pela descoberta do eu e do outros através da experiência.

A educação patrimonial popular surge assim como uma forma de pedagogia da resistência e como uma pedagogia de alternativas. Resistência crítica, questionando dialogicamente o real, para construir proposta de ação, com base na ação e na mobilização da comunidade na esperança de um futuro. A educação patrimonial popular terá que ser uma busca de uma coerência para o futuro. Uma busca da Utopia que seja criadora de frutos.

Conclusão.

A educação patrimonial popular, enquanto proposta emancipatória é uma aventura de conhecimento. A produção do conhecimento não como uma coerência mas como uma procura da coerência e de construção da justiça cognitiva.

Ao olharmos para as propostas de educação patrimonial popular que tem vindo a ser construídas no Brasil, nas Favelas das grandes cidades, nas zonas quilombolas, entre a população afrodescendentes, entre os indígenas e povos da amazônia verificamos que esses processos são laboratórios criativos de propostas emancipatórias com base na construção de relações dialógicas. Neles os sujeitos atuam como atores da sua própria transformação.

Neles sente-se a emergência dum novo paradigma de viver bem e bem viver. Um Paradigma de viver numa sociedade planetária, feita de diversidade e em relação com a natureza. O Bem-viver poderá afirmar-se ou não como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável, na sua versão tecnocrática. Propõem-se partir das situações de cada local, de cada agregado regional para construir interdependências com base na diversidade. A autonomia e a

autodeterminação são questões base na afirmação dos direitos culturais que permitem transformar as relações de poder

Será possível uma transformação. Temos que ter esperança e confiança da capacidade criadora. Esperança que é um impulso de transformação. Ou como propôs Paulo Freire a espera como esperança "Escolhi a sombra desta árvore para repousar do muito que farei enquanto esperarei por ti."